

Política Financeira Corporativa

Aprovado pelo Conselho de Administração
do El Corte Inglés
24 de fevereiro de 2021

Versão 1.3 de 30 de outubro de 2024

El Corte Inglés

Índice

Introdução 1

Objeto 1

Âmbito de aplicação e organismos envolvidos 2

Princípios gerais 3

Princípios políticos específicos 4

Boa governação empresarial 4

Conformidade regulamentar 5

Gestão económica e financeira 6

Informação, formação e sensibilização do pessoal 7

Diligência prévia com terceiros 7

Conhecimento e declaração de cumprimento 8

Comunicação de incumprimentos 9

Adoção, entrada em vigor e atualização 10

Radiodifusão 10

Desenvolvimento, avaliação, controlo e supervisão 10

Desenvolvimento 11

Avaliação 11

Controlo e supervisão 11

Controlo 11

Anexos 13

Introdução

O El Corte Inglés, S.A. (doravante, a Sociedade) defendeu desde o início que a conduta ética empresarial é um requisito essencial para garantir o equilíbrio entre os direitos de todos os grupos de interesse e da sociedade em geral. Por isso, considera-o um requisito essencial para o cumprimento dos seus objetivos empresariais.

O comportamento ético exige o cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis em cada momento, bem como das normas internas e dos códigos de conduta e de boas práticas que o Grupo El Corte Inglés (doravante, o Grupo ECI ou o Grupo) adote voluntariamente, incluindo as de carácter económico-financeiro.

Neste contexto, o cumprimento da regulamentação económica e financeira em vigor é um dos nossos princípios fundamentais, a fim de cumprir os objetivos internos e os requisitos externos, bem como de fornecer as informações necessárias aos mercados financeiros e a outras partes interessadas.

O Conselho de Administração é responsável pela aprovação da Estratégia Económica e Financeira e das Políticas Corporativas da Organização, incluindo a presente Política Financeira Corporativa (doravante designada por "Política").

No exercício das suas competências, o Conselho de Administração aprova a presente Política Financeira Corporativa, que se integra nas políticas de governo societário e de cumprimento normativo e que estabelece a estratégia e os procedimentos de natureza económico-financeira que devem orientar a atuação das diferentes Áreas, Unidades, Departamentos e Entidades do Grupo.

A Direção de Finanças Corporativas desenvolve e totaliza periodicamente os procedimentos que contribuem para o controlo dos riscos da Área Económica e Financeira. Desta forma, o modelo de controlo do Grupo está alinhado com as boas práticas de governo societário e com os quadros de referência aplicáveis.

Objeto

O objetivo da presente Política é definir os princípios e orientações necessários para assegurar a coordenação da gestão económico-financeira das diferentes Áreas e Filiais do Grupo ECI, de modo a contribuir para a concretização das estratégias e objetivos em matérias como:

i. A definição da estrutura financeira ótima.
ii. Planeamento, acompanhamento e elaboração de relatórios sobre a gestão económica e financeira.

iii. Acesso aos recursos financeiros necessários para desenvolver as atividades e os negócios do Grupo.
iv. A utilização mais eficiente dos recursos financeiros disponíveis.
v. Controlo adequado ou atenuação dos riscos financeiros, tais como os riscos de juros e de câmbio, de liquidez e de crédito.
vi. A integridade do registo e o suporte adequado das transações económicas.
vii. A preparação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas que assegurem uma imagem verdadeira e apropriada do património, dos resultados e da situação financeira do Grupo, em cumprimento com a legislação em vigor.
viii. Transparência na comunicação de informações económicas e financeiras aos mercados e ao público em geral.
ix. Cumprimento da regulamentação aplicável e das políticas e procedimentos internos.
x. Consistência dos indicadores-chave para o controlo de gestão e, por conseguinte, para o acompanhamento da atividade.

Os valores, princípios e boas práticas que constituem os fundamentos da presente política financeira devem servir de referência para a tomada de decisões a todos os níveis organizacionais e em todas as unidades que compõem o Grupo e orientar a conduta dos colaboradores, quadros e diretores nas suas relações internas e externas (com parceiros, clientes, fornecedores, administrações públicas, entidades privadas e outras partes interessadas).

Âmbito de aplicação e organismos envolvidos

O cumprimento da presente Política é obrigatório e aplica-se globalmente às entidades que integram o Grupo ECI. Os seus membros devem cumprir o seu conteúdo, independentemente do cargo que ocupem e da Área, Unidade, Entidade e/ou geografia em que se encontrem.

A adesão a esta Política por parte das entidades que integram o Grupo ECI deve ser formalizada por decisão da sua Direção Geral e/ou dos respetivos Órgãos de Administração, em função das caraterísticas de cada entidade, e conforme estabelecido na secção "7. Conhecimento e declaração de cumprimento" da presente Política.

A Direção Financeira Corporativa é responsável por estabelecer os critérios e procedimentos que as diferentes Direções, Áreas e Empresas do Grupo devem cumprir no processo de gestão económica e financeira. Estes critérios e procedimentos estabelecem que as ações e operações realizadas neste âmbito pelas Direções, Áreas e Empresas do Grupo ECI devem ser reportadas e registadas com a aprovação expressa da Direção Financeira Corporativa.

A aplicação da presente política e dos procedimentos que a aplicam deve incluir, pelo menos, os dois tipos de atividades seguintes:

1. Atividades pelas quais o Departamento de Finanças Corporativas assume total responsabilidade:
    a. Informação financeira aos órgãos diretivos do Grupo e ao mercado.
    b. Tesouro.
    c. Contabilidade.
2. Atividades em que a Direção de Finanças Corporativas assume um papel relevante na coordenação e aprovação prévia de algumas questões específicas da Área Económico-Financeira do Grupo:
    a. Controlo de gestão.
    b. Fiscalidade dos grupos (nomeadamente transações entre partes relacionadas e preços de transferência).
    c. Aspetos organizacionais em questões estruturais, tais como: Recursos Humanos, Implementação e alterações de Sistemas e Aplicações, etc.

A lista dos procedimentos desenvolvidos pelo Serviço de Finanças à data da elaboração da presente política consta do anexo.

Em termos gerais, as responsabilidades da Direção de Finanças incluem, entre outras, as seguintes

- estabelecimento dos critérios e princípios aplicáveis,
- homogeneização dos critérios empresariais globais,
- desenvolvimento dos procedimentos e regulamentos necessários à sua aplicação, e
- acompanhamento contínuo da aplicação efetiva dos procedimentos.

As decisões serão sempre tomadas com o objetivo de maximizar a eficiência e obter sinergias em benefício do Grupo.

Por outro lado, como já foi referido, a Direção de Finanças Corporativas é responsável pelo reporte de informação económica e financeira aos órgãos sociais do Grupo, bem como aos mercados financeiros quando o tipo de informação, a natureza das operações e/ou as caraterísticas da regulamentação aplicável assim o exijam.

Como todas as áreas da Organização, a sua atividade estará sujeita à supervisão do Comité de Auditoria e Controlo através da Função de Auditoria Interna.

Princípios gerais

Os princípios gerais que devem reger a gestão económica e financeira do Grupo e, consequentemente, o processo de decisão económica e financeira são os seguintes

1. Incorporar, aplicar e promover as melhores práticas de governação empresarial.

2. Cumprir e fazer cumprir as leis e regulamentos aplicáveis em todos os momentos e em todos os locais onde opera, bem como as regras e regulamentos internos voluntariamente adotados no domínio económico e financeiro.
3. Manter a devida diligência para a prevenção, deteção e erradicação de qualquer incumprimento da lei ou conduta irregular.
4. Prevenir e atenuar os riscos financeiros significativos, nomeadamente os riscos de taxa de juro, cambiais, de liquidez e de crédito.
5. Fomentar uma relação com as Administrações Públicas e os Organismos Reguladores baseada no respeito pela lei, na lealdade e na confiança mútua, na colaboração e na boa-fé, sem prejuízo das discrepâncias legítimas que, respeitando os princípios anteriores, possam surgir na interpretação da regulamentação aplicável.
6. Assegurar que as informações financeiras, as contas, os contratos e a documentação acessória registam fielmente a natureza das operações efetuadas pelo Grupo, de modo que as contas anuais (consolidadas e/ou individuais) deem uma imagem fiel do ativo e do passivo, dos resultados e da situação financeira.
7. Evitar duplicações e ineficiências na gestão económica e financeira.
8. Assegurar o respeito dos princípios de objetividade, profissionalismo, eficácia de gestão, transparência e comunicação entre todos os seus membros.
9. Desenvolver procedimentos da Direção de Finanças Corporativas para serem conhecidos e aplicados pelas áreas, unidades e entidades responsáveis pela sua execução, bem como determinar as medidas técnicas e/ou organizacionais a implementar.

Princípios políticos específicos

A gestão económica e financeira do Grupo ECI rege-se pelos seguintes princípios de funcionamento específicos:

Boa governação empresarial

- Compete ao Conselho de Administração aprovar a presente Política Financeira Empresarial, bem como promover o seu acompanhamento.
- Compete à Comissão de Auditoria e Conformidade informar o Conselho de Administração sobre o conteúdo, as implicações e as consequências económico-

financeiras associadas aos critérios e às transações relevantes para a tomada de decisões que, pela sua natureza, devam ser objeto de relatório.

- As decisões económicas e financeiras devem ser tomadas ao nível adequado da Organização, incluindo, para o efeito, a intervenção do Órgão de Direção, quando a natureza das operações, pelo seu elevado montante ou pelos riscos associados, assim o exija, de acordo com a regulamentação externa ou interna aplicável. Esta Política requer a colaboração dos vários departamentos e profissionais envolvidos, de modo a assegurar que todas as implicações económicas e financeiras relevantes sejam avaliadas em cada decisão.
- A Comissão de Auditoria e Controlo, enquanto órgão responsável pela supervisão da eficácia dos sistemas de controlo interno e de gestão de riscos, supervisiona a aplicação da presente política, assistida pela Função de Auditoria Interna, em coordenação, se for caso disso, com as Comissões de Auditoria que possam existir em empresas subsidiárias do Grupo ECI.
- O Departamento de Finanças Corporativas é responsável pela implementação efetiva desta Política. Para o efeito, deve ser dotado de recursos materiais e humanos adequados e suficientemente qualificados.
- Devem ser estabelecidos mecanismos adequados de prevenção, redução, atenuação e controlo dos riscos económicos e financeiros, em cumprimento com os princípios, a tolerância e a apetência pelo risco definidos no sistema de gestão e controlo dos riscos do Grupo ECI.

Conformidade regulamentar

- Deve ser assegurado o cumprimento de todas as normas legais e regulamentares aplicáveis, bem como das normas internas e de quaisquer outras normas de natureza económico-financeira decorrentes de códigos de conduta ou de boas práticas a que o Grupo ECI tenha decidido aderir voluntariamente. O objetivo é alinhar as ações de natureza económico-financeira com as melhores práticas neste domínio, atualizando a Política e os Procedimentos de acordo com a evolução contínua da regulamentação e das boas práticas.
- A tomada de decisões basear-se-á na melhor interpretação das regras aplicáveis.
- Deve ser assegurada a apresentação, em tempo útil e de forma adequada, das informações económicas e financeiras necessárias, em conformidade com as obrigações ou requisitos legais, ou dos mercados financeiros ou de outras partes interessadas.

Gestão económica e financeira

- Incorporar, aplicar e promover as melhores práticas no domínio da gestão económica e financeira.
- O plano de atividades, os orçamentos anuais e os objetivos específicos de cada momento serão os principais instrumentos no desenvolvimento e estabelecimento do planeamento económico-financeiro dos recursos económico-financeiros necessários.
- Gerir a atividade do Grupo com uma avaliação adequada dos riscos económicos, financeiros e fiscais, estabelecendo os mecanismos apropriados para os cobrir, prever e reduzir.
- Sujeitar as operações económicas e financeiras a um sistema de controlo interno que garanta a integridade e a transparência das informações, que devem ser objeto de controlo através de auditorias internas e externas periódicas.
- Estabelecer requisitos mínimos de rentabilidade para as diferentes empresas, atividades e sociedades do Grupo ECI, a fim de assegurar um crescimento financeiro sustentável.
- Definir a estrutura ideal do passivo para garantir a melhor repartição entre capitais próprios e alheios e uma adequada distribuição de recursos pelas empresas e unidades do Grupo, ajustando custos e minimizando riscos.
- Assegurar a coerência e a razoabilidade dos compromissos financeiros negociados nos contratos celebrados pelo Grupo ECI e garantir o seu posterior cumprimento.
- Preparar a informação económico-financeira e fiscal para a gestão interna e para o cumprimento dos requisitos externos, com o objetivo de apoiar a tomada de decisões, fornecer a informação necessária aos mercados financeiros e outras partes interessadas com a máxima transparência e cumprir os requisitos legais e fiscais. Nesta área, assume particular importância o Sistema de Controlo Interno sobre o Relato Financeiro (ICFR), como parte do controlo interno que inclui o conjunto de processos que o Conselho de Administração, a Comissão de Auditoria e Controlo, a Direção e o pessoal envolvido do Grupo levam a cabo para fornecer uma garantia razoável quanto à fiabilidade da informação financeira regulamentada.
- Centrar as atividades de acompanhamento da gestão económica e financeira no aumento da eficiência no desenvolvimento da atividade das empresas do Grupo ECI e garantir a fiabilidade da informação económica e financeira.

- Atuar de forma responsável nos mercados financeiros e de valores mobiliários ou de dívida, em cumprimento com o quadro regulamentar estabelecido por esses mercados e pelas respetivas entidades reguladoras e de supervisão.
- Manter relações ótimas com os acionistas, analistas e potenciais investidores, com base em informações e comunicações corretas, transparentes e fiáveis.
- Rever periodicamente o nível de cumprimento dos objetivos fixados para cada unidade organizacional ou empresa do Grupo ECI.
- Examinar periodicamente o cumprimento das políticas fiscais das empresas do Grupo ECI com base nos princípios da transparência, da boa governação e da responsabilidade.

Informação, formação e sensibilização do pessoal

- O Serviço de Finanças Corporativas informará todos os intervenientes na gestão económico-financeira da obrigação de autorizar, registar e comunicar as diferentes operações, nos prazos e com a periodicidade determinados nos regulamentos emitidos pelo Serviço de Finanças Corporativas.
- A formação dos membros do Grupo ECI em matéria de cumprimento normativo, incluindo o âmbito económico-financeiro, é crucial para a Organização, pelo que devem ser estabelecidas ações gerais de formação e informação para fomentar uma cultura de cumprimento e integridade entre os profissionais do âmbito económico-financeiro, em consonância com os princípios subjacentes à presente Política e ao Código de Ética.
- Serão implementadas todas as medidas necessárias para eliminar quaisquer atividades irregulares e/ou fraudulentas. Entre essas medidas está a divulgação da existência de canais de denúncia para comunicar qualquer incumprimento ou irregularidade.

Diligência prévia com terceiros

A diligência devida em matéria de gestão financeira é um processo essencial para a Organização garantir que as decisões e práticas financeiras do Grupo são conduzidas de forma responsável, ética e conforme.

A Organização implementou a devida diligência na gestão financeira através de práticas e procedimentos que procuram assegurar a integridade e a sustentabilidade das operações financeiras, ajudar a prevenir fraudes e erros e contribuir para a confiança dos investidores, clientes e outras partes interessadas na informação financeira apresentada pela Organização.

A este respeito, a Organização deve:

- Assegurar que todas as operações financeiras cumprem as leis e regulamentos aplicáveis.
- Desenvolver, aplicar e manter atualizadas as políticas internas que regem a gestão financeira.
- Identificar e avaliar os riscos financeiros.
- Rever periodicamente as demonstrações financeiras para garantir que estas refletem com exatidão a situação financeira da organização.
- Realizar auditorias regulares para verificar a exatidão das informações financeiras e o cumprimento da regulamentação contabilística e fiscal.
- Apresentar relatórios financeiros claros e acessíveis a todas as partes interessadas, com o objetivo de criar confiança e responsabilização.
- Assegurar que as decisões se baseiam em dados exatos e atualizados.

Conhecimento e declaração de cumprimento

O cumprimento das normas e padrões éticos é um compromisso de toda a Organização e constitui um objetivo estratégico da mesma, pelo que se espera que todos os Membros da Organização conheçam e respeitem o conteúdo desta Política. De igual modo, e no que respeita aos Parceiros de Negócio, espera-se que estes desenvolvam comportamentos em consonância com a mesma.

Este compromisso deve ser formalizado por meio de:

i. Declarações de cumprimento com os princípios aí desenvolvidos pelos membros da Organização, através da sua adesão às **Normas Éticas Elevadas**,
ii. Cláusulas de cumprimento incluídas nos contratos com os parceiros comerciais
iii. Adesão expressa ou reconhecimento por parte dos órgãos de administração das sociedades que fazem parte do Grupo Corte Inglés, de acordo com o regulamento interno elaborado para o efeito.

A Direção de Cumprimento e Controlo de Riscos do Grupo El Corte Inglés deverá ser informada destas adesões e das suas renovações quando estas forem formalizadas.

Quando se produzirem alterações significativas na presente Política, entendidas como aquelas que requerem a aprovação formal do Conselho de Administração do El Corte Inglés, S.A., os compromissos anteriores deverão ser formalmente renovados.

A Organização reagirá imediatamente a eventuais violações das disposições da presente Política, em cumprimento com as disposições dos seus regulamentos internos e de acordo com a legislação aplicável em vigor.

Comunicação de incumprimentos

Para que esta Política seja efetivamente aplicada, a Organização criou vários mecanismos para a comunicação de incidentes e dúvidas de qualquer tipo.

Por outro lado, o Departamento de Cumprimento e Controlo de Riscos deve estar ciente de qualquer possível violação desta Política ou da legislação aplicável nesta área, a fim de poder abordar o assunto de forma rápida e eficaz. Por isso, qualquer Membro da Organização, Parceiro de Negócio ou Terceiro que tenha uma relação direta e um interesse comercial ou profissional legítimo, no caso de detetar um incumprimento da presente Política ou de ter dúvidas sobre se alguma prática observada pode implicar um ato contrário às presentes normas, tem a obrigação de contactar imediatamente o Departamento de Cumprimento e Controlo de Riscos do Grupo El Corte Inglés através do Canal Ético, em qualquer um dos seus canais de comunicação.

- **Canal Digital :**
  O Grupo El Corte Inglés dispõe de um canal digital ao qual se pode aceder através do seguinte endereço web:
  https://www.elcorteingles.es/informacioncorporativa/es/gobierno-corporativo/etica-y-cumplimiento/
  Este acesso está disponível no sítio Web da empresa e, adicionalmente, na intranet da NEXO para os membros da Organização.

- **Endereço postal:**
  El Corte Inglés, S.A.
  Cumprimento e gestão de riscos
  c/ Hermosilla, 112
  28009 Madrid

- **Departamento de Cumprimento Regulamentar Telefone:** 91 401 85 00

- **Solicitar uma reunião presencial ou por meios telemáticos**

As informações transmitidas por esta via são confidenciais, tal como a identidade dos informadores de boa-fé, a quem a Organização agradece a sua colaboração e a quem garante que não haverá represálias de qualquer tipo.

Além disso, a Função de Cumprimento pode atuar por sua própria iniciativa, investigando quaisquer indícios de não conformidade com a presente Política.

Adoção, entrada em vigor e atualização

A presente Política entrará em vigor na data da sua aprovação pelo Conselho de Administração do El Corte Inglés S.A.

Esta Política deve ser mantida atualizada ao longo do tempo. Para tal, deve ser revista numa base anual ordinária, e numa base atualizada ao longo do tempo. Para tal, deve ser revista numa base anual ordinária, e numa base extraordinária, e em qualquer caso, o mais rapidamente possível, quando se verificarem variações nos objetivos estratégicos ou uma alteração regulamentar externa ou interna que implique a sua atualização ou modificação.

As propostas de alteração são submetidas ao Comité de Auditoria e Controlo pelo Departamento de Finanças Corporativas, após validação pelo Departamento de Cumprimento e Controlo de Riscos e com a correspondente supervisão do órgão de controlo interno encarregado desta função.

Se o Comité de Auditoria e Cumprimento o considerar adequado, submete-o ao Conselho de Administração para aprovação final.

O Departamento de Cumprimento e Controlo de Riscos é responsável pela avaliação de quaisquer alterações propostas, com o apoio do Comité de Cumprimento e Controlo de Riscos.

Além disso, se as alterações forem significativas, devem ser submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, após proposta da Comissão de Auditoria e Controlo.

Radiodifusão

Esta Política estará disponível no NEXO para todos os Membros da Organização e na página web corporativa para todos os grupos de interesse do Grupo ECI, uma vez aprovada pelo Conselho de Administração do El Corte Inglés, S.A.

Da mesma forma, o Departamento de Cumprimento e Controlo de Riscos será responsável por promover as ações necessárias para a sua adequada divulgação e conhecimento.

Desenvolvimento, avaliação, controlo e supervisão

Desenvolvimento

A Direção de Finanças Corporativas desenvolverá e atualizará procedimentos que distribuirá às Áreas, Unidades e Entidades que os devem aplicar. Estes procedimentos detalharão os critérios do Grupo, os responsáveis pela preparação da informação e a frequência com que devem preparar e fornecer a informação solicitada ao Departamento de Finanças Corporativas. Da mesma forma, os procedimentos detalharão os fluxos de autorização necessários para determinadas operações económico-financeiras.

O Departamento de Finanças Corporativas estabelecerá os sistemas de controlo e as regras internas necessárias para assegurar o cumprimento da regulamentação em vigor, dos princípios aplicáveis e dos procedimentos correspondentes em todas as Áreas e Filiais do Grupo ECI.

Avaliação

O Chefe do Departamento de Finanças Corporativas avaliará, pelo menos uma vez por ano, o cumprimento e a eficácia da presente Política, bem como o desempenho dos profissionais responsáveis pela sua implementação, e informará o Comité de Auditoria e Cumprimento.

Controlo e supervisão

O Departamento de Cumprimento e Controlo de Riscos é responsável pelo controlo da aplicação da presente política e a Função de Auditoria Interna é responsável pela sua supervisão periódica, comunicando anualmente os resultados dessa supervisão à Comissão de Auditoria e Controlo.

Controlo

O departamento de Auditoria Interna procederá à revisão do Sistema de Gestão de Criminal Cumprimento do Grupo na medida em que o Plano Anual de Auditoria aprovado pela Comissão de Auditoria e Controlo inclua trabalhos relacionados com o referido Sistema e, extraordinariamente, em consequência da ocorrência de incidentes ou da identificação de irregularidades. Como resultado dessas auditorias, a Auditoria Interna emitirá o relatório correspondente, emitindo recomendações no caso de serem identificadas oportunidades de melhoria.

As oportunidades de melhoria potencialmente identificadas em resultado destas análises devem ser tidas em conta no processo de melhoria contínua do sistema de gestão da conformidade penal.

CONTROLO CAMBIAL

Versão 1.0 aprovada pelo Conselho de Administração em 24/02/2021

Versão	Data de alteração	Objeto da alteração	Pontos em causa
1.1	30/11/2022	- Adaptação do sistema à recente integração da área de Controlo e Gestão do Risco na Direção de Cumprimento Regulamentar.	
1.2	28/06/2023	- Incorporação de canais de comunicação em caso de incumprimento, em cumprimento com a Lei 2/2023.	- Comunicação de incumprimentos
1.3	30/10/2024	- Incorporação do processo de diligência devida. - Inclusão de referência ao novo regulamento interno para a adesão das empresas do Grupo às Políticas Corporativas. - Atualização dos canais digitais para a comunicação de incumprimentos. - Incorporação da secção de divulgação	- Diligência devida - Conhecimento e declaração de cumprimentos - Comunicação de incumprimentos - Radiodifusão

Última revisão, Outubro de 2024

Anexos

Anexo I - Lista de procedimentos desenvolvidos (fevereiro de 2021)

1. PROCEDIMENTOS DA ACTIVIDADE PRINCIPAL	**2. ACTIVIDADES QUE REQUEREM AUTORIZAÇÃO E SUPERVISÃO**
1.a Prestar contas aos órgãos diretivos do Grupo e aos mercados • Calendário de apresentação de relatórios (encerramento mensal e anual) • Calendário orçamental • Dossiê de apresentação de relatórios, orçamento e plano estratégico	**2.a. Controlo de gestão**
1.b Tesouraria • Gestão do passivo a longo e a curto prazo • Autorizações e garantias • Agrupamento de fundos • Transacionais: cobranças, pagamentos, prazo médio de pagamento e prazo médio de cobrança • Ativos (gestão da liquidez excedentária)	**2.b. Fiscalidade (preços de transferência)**
1.c Contabilidade • Políticas contabilísticas, desenvolvimentos e alterações de critérios • Imparidade de ativos • Provisões, passivos contingentes e outros registos extraordinários	**2.c. Mudanças organizacionais** • Questões de recursos humanos da área • Implementações e/ou modificações de sistemas ou aplicações, etc.

Nota: *a lista de procedimentos desenvolvidos será modificada em conformidade com as disposições do presente documento, na medida em que o âmbito das atividades que permitem ao Serviço de Finanças Públicas cumprir os objetivos definidos no presente documento seja alterado.*